

## **A Universidade Autónoma de Lisboa reflecte sobre a temática dos Oceanos**

Inês da Costa Pessoa

Realizou-se no dia 14 de Janeiro do presente ano, por iniciativa do Observatório de Relações Exteriores da Universidade Autónoma de Lisboa, um Colóquio intitulado «O Património dos Oceanos», no qual se reuniram três destacados especialistas, cujas trajectórias profissionais convidaram a um interessante debate sobre o tema em apreço: o Dr. Mário Soares, Presidente da Comissão Mundial Independente dos Oceanos (CMIO), o Professor Doutor Mário Ruivo, biólogo e coordenador da CMIO, e a Dr.<sup>a</sup> Teresa Patrício Gouveia, ministra do Ambiente do anterior Governo.

Este Colóquio veio dar voz a uma problemática destacada no «Dossier do ano» do Anuário de Relações Exteriores, JANUS98, publicação dedicada à investigação das dinâmicas que Portugal estabelece com o resto do mundo e que se tem caracterizado pela pertinência e actualidade dos assuntos versados.

A proposta de trazer para o meio académico uma questão de alcance internacional, de carácter não só jurídico e político, mas também económico, ambiental, social, histórico-cultural e mesmo civilizacional, não foi inocente: passavam poucos dias do início do «Ano Internacional dos Oceanos», declarado pelas Nações Unidas, por sugestão de Portugal, e faltavam escassos meses para a abertura da Expo98, última Exposição Mundial a realizar no nosso século e que decorrerá em Lisboa de Maio a Setembro, tendo como temática central os Oceanos.

Foi, então, com base neste contexto e com o intuito de chamar a atenção da comunidade científica, política e cívica para a actual situação do espaço oceanográfico, que se concretizou esta iniciativa.

O debate foi introduzido pelo Professor Doutor Justino Mendes de Almeida, Reitor da Universidade Autónoma, e moderado pelo Vice-Reitor, Professor Dou-

tor Luís Moita, tendo ambos salientado a importância do contributo da comunidade académica para um melhor esclarecimento dos cidadãos e, entre estes, de professores e alunos, sobre os grandes assuntos que se impõem na sociedade contemporânea.

O Professor Luís Moita salientou a necessidade de olharmos para os Oceanos como uma «herança» imbuída de várias dimensões e de uma enorme carga simbólica, poética e cultural, que, por ser transmitida ao longo de gerações, devemos preservar, evidenciando simultaneamente o valor que os mesmos têm para Portugal, no seu relacionamento com o exterior. Apontou ainda a situação deficitária em que o país se encontra ao nível dos transportes marítimos, da construção naval e das pescas, após ter sido considerado, durante séculos, como uma forte potência marítima.

O Professor Mário Ruivo iniciou a sua intervenção, sublinhando, como objectivos prioritários a atingir no Ano Internacional dos Oceanos, não só o «uso pacífico dos recursos» pela generalidade dos países, mas também, e em concreto para Portugal, o seu «regresso ao mar».

Segundo este biólogo, é relativamente recente a atenção que tem sido atribuída ao universo oceanográfico, o qual era, há 50 anos atrás, tido como um espaço desconhecido e algo misterioso. Contudo, nas últimas décadas, e após se ter reconhecido a riqueza dos mares como fonte de vida, têm-se verificado inúmeros esforços no domínio da investigação científica, por forma a aumentar o conhecimento sobre os seus recursos e as suas potencialidades e, ao mesmo tempo, minorar os factores de agressão e risco que ameaçam o seu equilíbrio.

A Convenção do Direito do Mar, assinada em 1982, por um considerável número de Estados-membros, e posta em vigor em 1994, bem como a Conferência do Rio de Janeiro sobre Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, são exemplos emblemáticos dos progressos enunciados para uma melhor conservação e gestão integral e integrada daquilo que é hoje unanimemente considerado «património comum da humanidade».

O Professor Mário Ruivo assinalou ainda, paralelamente às iniciativas governamentais, o aparecimento de novos actores sociais na cena internacional, preocupados em incrementar a participação dos cidadãos comuns nas discussões relativas ao espaço marinho, quer nos países mais desenvolvidos, quer nos que se encontram em vias de desenvolvimento.

O grande desafio patente nestas intervenções prende-se com uma mudança de atitude face ao modo como têm vindo a ser abordados os problemas ambientais e oceanográficos: em lugar de medidas pontuais e efêmeras, como as adoptadas face à poluição marítima verificada nos estuários ou em certas zonas costeiras, e aos prejuízos resultantes de acidentes de navegação, apela-se a um trabalho de dimensões universais, conjunto e continuado, que integre a partilha de conhecimentos e de novas tecnologias, a solidariedade e a entajuda à escala global.

O chamado «efeito múltiplo dos vários usos dos oceanos» enuncia que os riscos de degradação ambiental não devem ser tidos somente como preocupações do foro ecológico, mas como uma problemática transversal a todas as disciplinas, o que implica um diálogo permanente e frutífero entre as ciências naturais e sociais, pois dele depende o bem-estar social dos cidadãos.

Na opinião do coordenador da CMIO, agora, que «estamos a entrar na fase final da Revolução Industrial aplicada aos oceanos», constata-se o surgimento da consciência de que, por um lado, as virtudes da Ciência não são inquestionáveis, pelo que a utilização que dela se faz deverá ser controlada, e, por outro, que os Oceanos são um bem comum, do qual todos somos proprietários. O facto de ser um recurso limitado (e não inesgotável) implica ainda uma sólida cooperação local, regional e internacional entre os diferentes Estados.

Por seu turno, a ex-ministra do Ambiente revelou uma forte preocupação no que respeita ao generalizado desconhecimento dos cidadãos e da opinião pública sobre as questões oceanográficas e ambientais, já que o contacto com esse universo se tem mantido, sobretudo, ao nível do simbólico (do histórico, artístico e literário), referindo igualmente que o saber científico neste domínio é ainda relativamente escasso, quando comparado com outras áreas de investigação.

Os Oceanos são vistos, na óptica desta oradora, como uma realidade complexa e dinâmica, ainda a descobrir, que integra «uma diversidade de habitats muito superior à da terra». Eles desempenham uma influência determinante nos fenómenos climáticos, no ambiente em geral e nas vidas de cada um, o que implica que o homem deve deixar de os olhar como «um local de trânsito ou um depósito de lixo».

A Dr.<sup>a</sup> Teresa Patrício Gouveia apontou algumas das mais evidentes agressões de que tem sido alvo o meio ambiente, entre as quais a poluição marítima provocada por factores atmosféricos – «só o aeroporto de Faro pulveriza anualmente 30 toneladas de enxofre sobre a Ria Formosa» –; a poluição agrícola; as diversas intervenções do homem no curso dos rios; o progressivo aquecimento do planeta e as respectivas repercussões na subida do nível do mar.

Perante este cenário, a resposta está em «conhecer e agir», ou seja: promover e investir na investigação científica, bem como difundir os estudos e dados já compilados (pelas marinhas das grandes potências), de uma forma aberta e democrática, no seio da sociedade civil. Para além disso, apresentou ainda, como sugestões: a necessidade de um plano de intervenção no ordenamento da orla costeira, que cubra uma maior extensão da costa portuguesa; a elaboração de um Programa Nacional do Clima; e, por último, a intensificação da cooperação com os países de língua portuguesa.

Foram igualmente feitas referências, como aspectos a salientar, ao crescimento do número de doutorados em Ciências do Mar e em Biologia e aos progressos feitos no combate à poluição urbana e industrial.

A Dr.<sup>a</sup> Teresa Patrício Gouveia considerou, a título conclusivo, que a qualidade ambiental e a sua conservação são indissociáveis da protecção dos direitos humanos, a qual só poderá efectivar-se com a responsabilização e o esclarecimento de todos os indivíduos.

A última intervenção deste Colóquio foi proferida pelo Dr. Mário Soares, que começou por salientar a importância da Comissão Mundial e Independente para

os Oceanos na reflexão sobre as questões oceanográficas, já que é constituída por 40 representantes dos mais diversos países e colabora com alguns dos especialistas internacionais mais competentes no estudo destas matérias.

O grande objectivo da CMIO consiste na apresentação, à Assembleia Geral das Nações Unidas, de um documento que consiga transmitir, fidedigna e realisticamente, o «estado de saúde» dos Oceanos. Este relatório, iniciado com a constituição da Comissão na cidade de Tóquio, em Dezembro de 1995, irá ser aprovado nos dias 30 e 31 de Setembro em Lisboa, no âmbito da EXPO98, juntamente com a «Carta de Lisboa», que integrará uma série de recomendações aos países-membros das Nações Unidas, tendo em vista preservar o equilíbrio oceanográfico.

O documento é composto por seis capítulos essenciais. O primeiro trata da «promoção da paz e segurança nos oceanos», fomentando, não só a «ausência de guerra», mas conjugando esforços para combater problemas como o tráfico de droga e a «pirataria marítima». O segundo visa a «busca da equidade possível nos Oceanos», já que estes são património de toda a humanidade, o que exige uma regulamentação justa que proteja os povos económica e tecnologicamente menos desenvolvidos, sem capacidade para concorrer com aqueles que detêm o monopólio da investigação e dos instrumentos de exploração marítima. O terceiro versa sobre «a ciência e as tecnologias de exploração e de aproveitamento dos recursos marinhos e dos oceanos». O quarto detém-se sobre a «reavaliação da importância dos oceanos» para a sobrevivência dos seres humanos, ao nível dos «recursos vivos e não vivos». O quinto capítulo prende-se com a questão da «opinião pública internacional acerca dos oceanos» e com uma exigência de responsabilização e consciencialização mundial de todos os cidadãos, para que fiquem a par dos seus direitos e deveres nesta matéria. O sexto e último ponto pretende uma «equitativa governação dos Oceanos», para que, e como já foi realçado, se reduza gradualmente a relação entre dominadores e dominados, já que os mares são um bem de todos.

Para fechar o Colóquio, o Presidente da Comissão Independente revelou-nos algumas vontades: não só a de criar, após a discussão do Relatório, um Observatório

Mundial Independente dos Oceanos que tenha como principal finalidade averiguar o cumprimento ou o desrespeito das normas estabelecidas na Convenção do Direito do Mar pelos diversos países; mas também o desejo de atrair para Portugal dois organismos internacionais: a já existente Comissão Oceanográfica Internacional e a Agência Europeia dos Oceanos, a implantar, projectos estes que muito poderiam contribuir para a concretização de um dos principais objectivos do País: o seu reencontro com os mares.